



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA ZONA SUDESTE DE TERESINA- PI.**

**JOSÉ DE SENA BISPO**, brasileiro, casado, pedreiro, portador do RG nº 1.842.159 SSPPI e inscrito no CPF sob o nº 302.713.123-00, residente e domiciliado na Quadra 289, Casa 03, Bairro Dirceu Arcoverde II, Teresina/PI, vem, perante Vossa Excelência, por seu procurador devidamente habilitado, com endereço profissional constante no timbre, propor a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, Código FIP: 03271, com endereço na Rua Senador Dantas nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões fáticas e jurídicas que passa a explicar:

#### **DA SINOPSE FÁTICA**

O requerente, no dia 09/06/2012, aproximadamente às 18:34h, sofreu grave acidente de trânsito do qual resultou sua invalidez permanente, fato este registrado junto à autoridade policial e laudos médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que **o requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação**





**significativa ou de cura**, conforme os documentos encartados nesta inicial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência. O requerente, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física, dentre os quais **fratura no joelho direito, RESULTANDO EM SEQUELA DEFINITIVA E DEBILIDADE PERMANENTE (limitação de flexão em 60%, marcha claudicante e auxílio de muletas) NO MEMBRO INFERIOR DIREITO ALÉM DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO**, tudo fartamente comprovado pelos laudos em anexo.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

## **DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

No tocante à legitimidade passiva para a causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, senão vejamos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RESP: nº 401418 – MG RE: 2001.094323-0  
DJ: 10/06/2002 PAG. 220  
MINISTRO RUY ROSADO AGUIAR

**“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de**





regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.”  
**(g.n)**

RESP nº 595105 / RJ  
RECURSO ESPECIAL 2003/0168290-0  
DJ 26/09/2005 p. 382  
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR

“CIVIL E PROCESSUAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER DAS SEGURADORAS. LEI N. 6.194/74. EXEGESE. DIREITO EXISTENTE MESMO ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI N. 8.441/92.

**I. O Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é exigido por lei em favor das vítimas dos acidentes, que são suas beneficiárias, de sorte que independentemente do pagamento do prêmio pelos proprietários, devida a cobertura indenizatória por qualquer das seguradoras participantes.” (g.n)**

#### **DO INTERESSE DE AGIR**

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, XXXV, que “A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma, **o requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.**

Pois, suscitar a falta de interesse de agir, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal. Vejamos a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

- Nº: 121621999
- RELATOR: JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO.
- DATA DA PUBLICAÇÃO: 14/06/02.
- ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CÍVEL.
- PROCESSO: APELAÇÃO CÍVEL.

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. INTERESSE PROCESSUAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. LEGALIDADE

---

**(86) 9982-1167/ 9425-4953/ 8883-1383 - E-mail: gustavosalesadv@hotmail.com**

Rua Eliseu Martins, 1637 - Ed. Rêgo Monteiro - 2º andar - Sala 30 - Centro - CEP:64000-120 -  
Teresina-PI





DA PRETENSÃO. FIXAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. **O Beneficiário do Seguro Obrigatório DPVAT tem interesse processual para a ação de cobrança direta contra a seguradora, independente de prévio requerimento do benefício pela via administrativa.** A interpretação dada a lei pelo réu, em defesa do seu direito, não configura hipótese ensejadora da litigância de má-fé. **A indenização por acidente de veículo, pleiteada com base na cobertura do seguro obrigatório DPVAT é devida, independentemente da circunstância de haver sido pago ou não o prêmio a ele correspondente, a teor da orientação sumulada o STJ, cabendo ao requerente, apenas o ônus de provar a existência do sinistro e a sua condição de beneficiário.** Recurso improvido por unanimidade”. (grifamos)

Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, **não cumprem a legislação vigente. Logo, não está obrigado o requerente a receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.**

### **DA COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

A matéria controvertida, “*in casu*”, prevista no art. 2º da Lei 6.194/64, restou suficientemente atestada por prova documental, sendo, portanto, **DISPENSÁVEL A ELABORAÇÃO DE PROVA PERICIAL**, o que não exclui, por conseguinte, a presente demanda da apreciação do Juizado Especial Cível.

E não é outro o entendimento das Turmas Recursais Cíveis, senão vejamos as jurisprudências abaixo colecionadas:

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL  
DO MARANHÃO  
RECURSO: 471/07 – III  
ORIGEM: COMARCA DE POÇÃO DAS PEDRAS  
RELATOR: SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES  
RIBEIRO  
(...)**



**A competência do Juizado Especial é firmada para o julgamento do feito ante a desnecessidade de produção de prova pericial para corroborar aos documentos anexados.** O nexo de causalidade restou comprovado pelos documentos juntados aos autos. Inobstante a existência de Resoluções expedidas pelo CNSP sobre limites indenizatórios, deve-se obedecer o valor de 40 salários mínimos para a hipótese de invalidez da vítima, fixado pelo art. 3º, alínea “b”, da lei federal 6.194/74, que é norma de hierarquia superior. Tal indenização, fixada em salários mínimos, não afronta o disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, posto que sua utilização serve apenas de parâmetro para o cálculo do seguro, sem proceder a qualquer vinculação. Muito embora a peça, de fls. 70-77, tenha aparência de recurso, em face de ter sido interposta tempestivamente, submetendo-se ao devido preparo, não há como dar-lhe seguimento, visto que manifestamente protelatório e inadmissível. Sabe-se que a legislação processual em vigor exige da parte recorrente a apresentação, na petição recursal, de razões que visem a reforma da sentença combatida, e não mera repetição de alegações escritas aduzidas na instância monocrática. As razões a que me refiro devem conter os fundamentos de fato e de direito, com os quais o recorrente pretende obter a reforma do julgamento singular. Melhor traduzindo, seria o que chamamos, no cotidiano forense, de inconformismo com a decisão a quo. Somente assim será possível formular pedido de nova decisão ao juízo ad quem. Do contrário, estaremos propiciando o conhecimento de recurso genérico, ilimitado e inepto, porque seu arrazoado não se restringe à matéria que foi objeto da sentença.(...) **(grifamos)**

**Acórdão Nº 71001202209 de Turmas Recursais  
Primeira Turma Recursal Cível, de 01 Março 2007**  
[TJRS. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#)

Recurso Cível

Magistrado Responsável: Ricardo Torres Hermann  
SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COMPETÊNCIA DO  
JUIZADO ESPECIAL. INVALIDEZ PERMANENTE.  
NEXO CAUSAL. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO.

**1. Havendo laudo do IML e atestado médico após a consolidação das lesões, é o Juizado Especial Cível competente para apreciar a matéria relativa ao pagamento de seguro DPVAT, inexistindo complexidade de prova que pudesse afastar tal competência.**

2. Suficientes para a comprovação da invalidez permanente o auto de exame de corpo e delito, emitido





pelo agente administrativo competente, e o atestado médico, afirmando as debilidades.(...) **(grifamos)**

**TJDF - APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO ESPECIAL :  
ACJ 20050110162588 DF**

Relator(a): SANDOVAL OLIVEIRA

Julgamento: 04/10/2005

Órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F.

Publicação: DJU 01/12/2005 Pág. : 320

**CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). FENASEG. LEGITIMIDADE. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO PELO IML. INDONEIDADE. ACIDENTE DE TRÂNSITO COMO FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. INVALIDEZ CONFIGURADA POR DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO SUPERIOR. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO VALOR MÁXIMO PREVISTO NA LEI Nº 6.194/7, ART. 3º, B.**

#### **DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS**

No mais, deve ser aplicada a Súmula 14 das Turmas Recursais, com a nova redação, “*verbis*”:

**VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO. - É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei nº 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução.**

**QUITAÇÃO. - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.**

**CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.**

**GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. - Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos.**





**PAGAMENTO DO PRÊMIO.** - Mesmo nos sinistros ocorridos antes da vigência da Lei nº 8.441/92 é desnecessária a comprovação do pagamento do prêmio do seguro veicular obrigatório.

**COMPLEXIDADE.** - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o DML.

**APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO.** - Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação.

**CORREÇÃO MONETÁRIA.** ? A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda.

**JUROS.** ? Os juros moratórios incidirão a partir da citação, salvo quando houver pedido administrativo, hipótese em que incidirão a partir do término do prazo legal para o pagamento.

#### **DO NEXO DE CAUSALIDADE**

É incontestável a ocorrência de acidente de trânsito, uma vez que o autor carregou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e LAUDO MÉDICO), o que estabelece então o nexo etiológico.

No que concerne à invalidez permanente, restou devidamente comprovada pelo **LAUDO MÉDICO**, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo autor, entre eles **fratura no joelho direito**. Em virtude de tal lesão o autor não consegue mais realizar atividades cotidianas. Portanto, a conclusão médica foi pela existência de sequela funcional definitiva.

Destarte, ainda, que estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais, **a Lei 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho.** Como no caso vertente, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, mesmo que seja para algumas ocupações habituais, já está





configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste sentido, as ementas abaixo colecionadas:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. DIFERENÇA ENTRE INVALIDEZ PERMANENTE E DEBILIDADE PERMANENTE. SALÁRIO MÍNIMO ART. 7º, INC. IV, DA CF. COMPETÊNCIA DO CNSP. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

(...)

**II. Estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Aplicação da súmula 14 das Turmas Recursais. Ademais, a Lei 6.194/74 não faz nenhuma ressalva para que a invalidez seja necessariamente para o trabalho. Havendo a invalidez, mesmo que seja para algumas ocupações habituais, já se configura o requisito autorizador do pagamento da indenização. (Grifamos)**

(Recurso Cível Nº 71001821545, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 29/10/2008)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008

1. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível.

**2. Desimporta a distinção entre invalidez e debilidade permanente.** Da análise dos autos, depreende-se, facilmente, que o autor foi acometido de invalidez permanente, em decorrência de acidente de trânsito, conforme documento de fl. 25, que relata a concessão da aposentadoria por invalidez. **(Grifamos)**

(Recurso Cível Nº 71001658046, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Hilbert Maximiliano Akihito Obara, Julgado em 29/10/2008)

## DA PREVISÃO LEGAL





Sucede que, a invalidez permanente sofrida pelo requerente gerou para este o direito de receber o **SEGURO DPVAT**, na importância equivalente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme plasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela Lei 11.482/07:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (g.n)

No caso em tela, e conforme demonstrado, o Requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT, cujo valor para fins de indenização é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Convém ressaltar que o Requerente faz jus ao presente seguro, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, considerando que se encontra permanentemente inválido para as ocupações habituais, uma vez que apresenta **SEQUELA DEFINITIVA E DEBILIDADE PERMANENTE (limitação de flexão em 60%, marcha claudicante e auxílio de muletas) NO MEMBRO INFERIOR DIREITO ALÉM DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO**, fato este que se amolda perfeitamente aos termos da presente Lei.





Concluindo, para fazer jus a tal indenização, o Requerente vem ao final, apresentar os documentos exigidos no artigo 5º da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, donde será efetuado o **pagamento mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa.**

#### **DO RECONHECIMENTO DA INVALIDEZ PELA SEGURADORA REQUERIDA**

Destarte, efetuado o pagamento de qualquer quantia pela seguradora a nível administrativo, resta constatada a invalidez permanente, conforme entendimento dos nossos Pretórios, “*verbis*”:

**“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ. QUITAÇÃO. COBRANÇA DA DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. MÉRITO. NEXO CAUSAL ENTRE O FATO E O DANO COMPROVADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 6.194/74. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.**

*I Ilegitimidade Passiva. O art. 7º da Lei nº 6.194/74 prevê que qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização decorrente do seguro obrigatório. Ausência de prova da invalidez. EFETUADO O PAGAMENTO DE QUALQUER QUANTIA NA ESFERA ADMINISTRATIVA PELA SEGURADORA, RESTA COMPROVADA A INVALIDEZ PERMANENTE.*

*I Mérito. É aplicável ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) a Lei nº 6.194/74. Incontroverso o nexo de causalidade entre o fato e o dano, mostra-se devido o pagamento do seguro à demandante. Os efeitos da quitação incidem somente em relação ao valor nela consignado. Precedentes. Manutenção da sentença.*

*Preliminares rejeitadas e apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70026415638, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, Julgado em 27/11/2008)” (Grifamos)*





Assim, não resta dúvida quanto ao direito pleiteado pelo requerente na forma suscitada no presente feito.

### **DA ILEGALIDADE DAS RESOLUÇÕES DA FENASEG CONTRARIANDO DISPOSITIVO DE LEI**

É de bom alvitre mencionar também, que as seguradoras se arrimam numa “obscura resolução” da FENASEG para negar o pagamento integral da indenização, que é devido por força de lei às vítimas de acidente de trânsito.

A diminuição do valor pago é ilegal, até porque o direito do Requerente está fundamentado em lei, e uma mera Resolução de caráter administrativo não tem o condão de revogá-la. E não é outro o entendimento dos nossos Tribunais, senão vejamos o julgamento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão abaixo colacionado:

Acórdão: 0806492009  
Relator :JAIME FERREIRA DE ARAÚJO  
Data: 23/04/2009  
Processo :APELAÇÃO CÍVEL  
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. OFÍCIO. FENASEG. INUTILIDADE. ART. 130, DO CPC. PAGAMENTO A CREDORES PUTATIVOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ART. 333, II, DO CPC. RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS QUE NÃO PODE SE SOBREPOR À NORMA PÚBLICA. **Lei que regula o seguro obrigatório de acidentes pessoais não pode ser derogada por resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados, por ser esse diploma de espécie normativa hierarquicamente inferior. (grifamos)**

Conclui-se que o direito do Requerente é líquido e certo, sendo apenas matéria de direito, e fundamenta-se perfeitamente na legislação vigente, com o quantum indenizatório fixado por Lei sem poder sofrer influência de meras resoluções da FENASEG. O valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** é totalmente correto e coerente de acordo com a lei em vigor.





## **DOS PEDIDOS**

*“Ex positis”, REQUER:*

a) A citação da requerida, no endereço constante na inicial, através de seu representante legal, na forma do art. 18 da Lei nº 9099/95, mediante **correspondência com AR**, para que compareça à audiência de conciliação, instrução e julgamento agendada por este juízo, sob pena, de não comparecendo, ser-lhe decretada a revelia nos termos o artigo 20 da Lei 9.099/95;

b) **O julgamento antecipado da lide**, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil, uma vez que o presente feito refere-se unicamente a matéria de direito, não havendo necessidade de produção de prova;

c) Seja determinada a *inversão do ônus da prova*, bem como a ***exibição do processo administrativo*** onde a parte autora requereu o pagamento da indenização securitária, sob pena de presumem-se verdadeiros os fatos que por meio dele se provariam, nos termos do **art. 359** do Código de Processo Civil.

d) A procedência da ação de cobrança em todos os seus termos, condenando-se a requerida a pagar a importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, valor este referente à indenização por invalidez permanente, oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.

***e) sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita por ser o requerente pessoa pobre na acepção da Lei n.º1.060/50.***

Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admitidas, em especial pela prova material que instrui essa inicial, depoimento pessoal das partes, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis e desde já requeridas.

Dá-se à presente causa o valor **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.





Termos em que,  
Pede deferimento.  
Teresina, 21 de agosto de 2013.

*Gustavo Henrique Macêdo de Sales*

Advogado  
OAB/PI nº 6.919





#### PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE José de Sena Bispo  
Nacionalidade Brasileiro Natural Simples Mendes, Piauí  
Estado Civil Casado RG n.º \_\_\_\_\_  
Profissão pedreiro CPF n.º \_\_\_\_\_  
Endereço Rua dos Reis, 03 - Bairro 33  
Bairro Teresina, Piauí CEP 64.000-000  
Município Teresina, Piauí

OUTORGADO: **GUSTAVO HENRIQUE MACÊDO DE SALES**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PI sob o n.º 6919, Rua Acácio do Rêgo Monteiro N.º 1799, Ininga, Teresina - Piauí.

PODERES: Através do presente instrumento particular de mandato, outorgo-lhe(s) amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

TERESINA /PI, 05 de AGOSTO de 2013.

José de Sena Bispo

OUTORGANTE



[illegible]

Julho de 1936.  
Luis B. de S.





**ORTOPÉDICA**  
Parque Paul

ORTOPEDIA TRAUMATOLOGIA FISIOTERAPIA

Atestado médico

Atesto que José de Sena  
Bispo, vítima de acidente de  
trânsito, apresentou fratura de pla-  
malto tibial joelho direito, ten-  
do sido operado no HUT com pi-  
los intramedulares. Durante seu  
se alta definitiva com de-  
bilidade permanente joelho  
direito de 60%.

27/05/13 CID-10: S821/M245/M625



Q-40 CASA - 18 P. Paul CEP: 64.025-110 / FONE: (xx86) 3220-2804  
CNPJ: 02.983.855/0001-05



PACIENTE: JOSE DE SENA BISPO  
MÉDICO SOLICITANTE: MILTON CASTELO BRANCO BATISTA FILHO  
CÓD. DO PACIENTE: 134879 DATA: 19/06/2012



EXAME: RX JOELHO DIREITO (2 INC)

RELATÓRIO:

Raios de controle evolutivo pós-operatório evidenciam:

- Parafusos metálicos (02) na meta-epífise proximal da tíbia.
- Proeminência da eminência intercondílea medial.
- Redução regional da densidade óssea.
- Partes moles sem alterações radiológicas significativas.

Dr. André Luiz de Jesus Filho  
CRM 0537

Dr. Charles A. Bordin Weiss  
CRM 2054

Dr. Gerson Cavalcanti F. Brito

Dr. Ricardo de Paula Mendes Neto

Dr. Rafael Mendes

DR. ROBERT W. MARTINS DANTAS  
CRM: 2490



CLÍNICA SANTO ANTÔNIO S/S

Rua Coelhos Rodrigues, 2441 - Cap. 04000-090 - Teresina-PI - Tel. 3222-8334/3147 - Telefax 3222-7737

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA PLANTÃO DE SEGUNDA A SÁBADO 07:00 ÀS 22:00h

Dr. PORTELA  
FILHO  
CRM 1235  
3222-3147

Ao Sr(s). JOSE DE SENA BISPO

ATESTADO MÉDICO

Dr. PAULO  
CRM 953  
3222-8334

Dr. WEIDNER  
CRM 1352

Atesto para os devidos fins que o paciente acima citado foi vítima de acidente de moto em junho/12 tendo fratura do joelho "D" sendo operado de urgência no H.U.T.

Dr. ALCIDES  
CRM 1976

S82.1

Dr. MARCELO  
CRM 3777  
3222-8334

Dr. LAO - TSÉ  
CRM 2860

Dr. ALEXANDRY  
CRM 2669

Dr. JAMERSON  
CRM 3878

Dr. RADEMACK  
CRM 2751

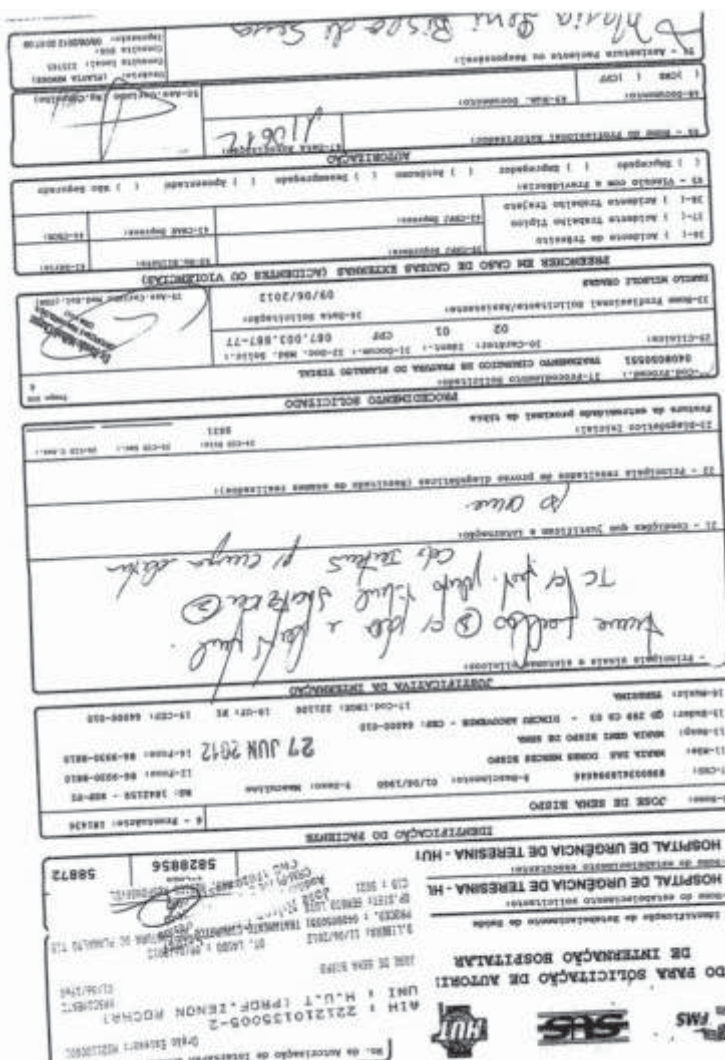
Terceira 04 de Setembro de 2012

Dr. JUSTUANIO CACIO  
CRM 3312

DR. PORTELA FILHO  
Ortopedia - Traumatologia  
Cirurgia do Joelho  
Artroscopia  
CRM-PI 1235

Voltando a consulta, traga esta receita e Exames Complementares







Days 10/11/12/13/14/15/16/17/18/19/20/21/22/23/24/25/26/27/28/29/30/31/32/33/34/35/36/37/38/39/40/41/42/43/44/45/46/47/48/49/50/51/52/53/54/55/56/57/58/59/60/61/62/63/64/65/66/67/68/69/70/71/72/73/74/75/76/77/78/79/80/81/82/83/84/85/86/87/88/89/90/91/92/93/94/95/96/97/98/99/100/101/102/103/104/105/106/107/108/109/110/111/112/113/114/115/116/117/118/119/120/121/122/123/124/125/126/127/128/129/130/131/132/133/134/135/136/137/138/139/140/141/142/143/144/145/146/147/148/149/150/151/152/153/154/155/156/157/158/159/160/161/162/163/164/165/166/167/168/169/170/171/172/173/174/175/176/177/178/179/180/181/182/183/184/185/186/187/188/189/190/191/192/193/194/195/196/197/198/199/200/201/202/203/204/205/206/207/208/209/210/211/212/213/214/215/216/217/218/219/220/221/222/223/224/225/226/227/228/229/230/231/232/233/234/235/236/237/238/239/240/241/242/243/244/245/246/247/248/249/250/251/252/253/254/255/256/257/258/259/260/261/262/263/264/265/266/267/268/269/270/271/272/273/274/275/276/277/278/279/280/281/282/283/284/285/286/287/288/289/290/291/292/293/294/295/296/297/298/299/300/301/302/303/304/305/306/307/308/309/310/311/312/313/314/315/316/317/318/319/320/321/322/323/324/325/326/327/328/329/330/331/332/333/334/335/336/337/338/339/340/341/342/343/344/345/346/347/348/349/350/351/352/353/354/355/356/357/358/359/360/361/362/363/364/365/366/367/368/369/370/371/372/373/374/375/376/377/378/379/380/381/382/383/384/385/386/387/388/389/390/391/392/393/394/395/396/397/398/399/400/401/402/403/404/405/406/407/408/409/410/411/412/413/414/415/416/417/418/419/420/421/422/423/424/425/426/427/428/429/430/431/432/433/434/435/436/437/438/439/440/441/442/443/444/445/446/447/448/449/450/451/452/453/454/455/456/457/458/459/460/461/462/463/464/465/466/467/468/469/470/471/472/473/474/475/476/477/478/479/480/481/482/483/484/485/486/487/488/489/490/491/492/493/494/495/496/497/498/499/500/501/502/503/504/505/506/507/508/509/510/511/512/513/514/515/516/517/518/519/520/521/522/523/524/525/526/527/528/529/530/531/532/533/534/535/536/537/538/539/540/541/542/543/544/545/546/547/548/549/550/551/552/553/554/555/556/557/558/559/560/561/562/563/564/565/566/567/568/569/570/571/572/573/574/575/576/577/578/579/580/581/582/583/584/585/586/587/588/589/590/591/592/593/594/595/596/597/598/599/600/601/602/603/604/605/606/607/608/609/610/611/612/613/614/615/616/617/618/619/620/621/622/623/624/625/626/627/628/629/630/631/632/633/634/635/636/637/638/639/640/641/642/643/644/645/646/647/648/649/650/651/652/653/654/655/656/657/658/659/660/661/662/663/664/665/666/667/668/669/670/671/672/673/674/675/676/677/678/679/680/681/682/683/684/685/686/687/688/689/690/691/692/693/694/695/696/697/698/699/700/701/702/703/704/705/706/707/708/709/710/711/712/713/714/715/716/717/718/719/720/721/722/723/724/725/726/727/728/729/730/731/732/733/734/735/736/737/738/739/740/741/742/743/744/745/746/747/748/749/750/751/752/753/754/755/756/757/758/759/760/761/762/763/764/765/766/767/768/769/770/771/772/773/774/775/776/777/778/779/780/781/782/783/784/785/786/787/788/789/790/791/792/793/794/795/796/797/798/799/800/801/802/803/804/805/806/807/808/809/810/811/812/813/814/815/816/817/818/819/820/821/822/823/824/825/826/827/828/829/830/831/832/833/834/835/836/837/838/839/840/841/842/843/844/845/846/847/848/849/850/851/852/853/854/855/856/857/858/859/860/861/862/863/864/865/866/867/868/869/870/871/872/873/874/875/876/877/878/879/880/881/882/883/884/885/886/887/888/889/890/891/892/893/894/895/896/897/898/899/900/901/902/903/904/905/906/907/908/909/910/911/912/913/914/915/916/917/918/919/920/921/922/923/924/925/926/927/928/929/930/931/932/933/934/935/936/937/938/939/940/941/942/943/944/945/946/947/948/949/950/951/952/953/954/955/956/957/958/959/960/961/962/963/964/965/966/967/968/969/970/971/972/973/974/975/976/977/978/979/980/981/982/983/984/985/986/987/988/989/990/991/992/993/994/995/996/997/998/999/1000/1001/1002/1003/1004/1005/1006/1007/1008/1009/1010/1011/1012/1013/1014/1015/1016/1017/1018/1019/1020/1021/1022/1023/1024/1025/1026/1027/1028/1029/1030/1031/1032/1033/1034/1035/1036/1037/1038/1039/1040/1041/1042/1043/10

<b>Nome:</b>	JOSE DE SOUSA BISPO		<b>Participação:</b>	193.436
<b>Mãe:</b>	MARIA DAS DORES REZENDE BISPO			
<b>End. Resid.:</b>	QU 35 CS 05 - VINCOU AGRICULTOR - TERRAIA - PI - CEP: 60020-312	<b>End. Trabalho:</b>	RUA FELIPE DE SOUSA BISPO	
<b>Assinatura:</b>	01/04/1980	<b>Idade:</b>	22ano:11d	<b>Sexo:</b> Masculino
<b>Assinatura Pai:</b>	JOSE DE SOUSA BISPO	<b>CPF:</b>	9980041395688	
<b>Profissão:</b>	PEixeIRO	<b>Assinatura Mãe:</b>	06/1042100 - 09-02	
<b>U. Inter. Opção:</b>	Fundamental Incompleto	<b>E. C. M. I.:</b>	Cadastrado	
<b>End. Social:</b>	- - - -			

<b>Código:</b> 235765	<b>Data:</b> 09/06/2012 14:23:00	<b>Sede:</b> LAMARCA DO MAR
<b>Nome do Preso:</b> ACIDENTE DE TRÁFEGO NOVOTIPISTAS PARTICULARES		
<b>Ass. Tech.:</b> não	<b>Cas. Policiais:</b> não	<b>P. de Inter.:</b> não
<b>Transm.:</b> não	<b>Ass. Transm.:</b> não	

*Handwritten notes:*

(D) poligrafo  
Rd. per. plato delud. Luchel de do. gine.  
TC 6/ per. Storker 2  
*con todo como potabre + zircon*

*Signature:* [Illegible]

PA \_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_ endy      Pcia: \_\_\_\_\_      PD: \_\_\_\_\_ ign

Impresión (Date): \_\_\_\_\_

( ) Administrativo ( ) Juízo ( ) Juntado ( ) 10 Prisão		( ) Administrativo ( ) Juízo ( ) Juntado ( ) 10 Prisão		( ) Interiores B. Da Id. Origem: _____ ( ) Transfereência: _____
<b>DATA:</b> _____		<b>DATA:</b> _____		( ) Interiores B. Da Id. Origem: _____ ( ) Transfereência: _____
<b>DESTINO:</b> ( ) 10 Prisão ( ) Juízo ( ) Juntado		<b>DESTINO:</b> ( ) Interiores B. Da Id. Origem: _____ ( ) Transfereência: _____		( ) Interiores B. Da Id. Origem: _____ ( ) Transfereência: _____
<b>DATA:</b> _____		<b>DATA:</b> _____		( ) Interiores B. Da Id. Origem: _____ ( ) Transfereência: _____

Carretero-Administrativa - Profesional - 88

<div style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">         1 - 1º 2 - 2º 3 - 3º 4 - 4º 5 - 5º 6 - 6º 7 - 7º 8 - 8º 9 - 9º 10 - 10º 11 - 11º 12 - 12º 13 - 13º 14 - 14º 15 - 15º 16 - 16º 17 - 17º 18 - 18º 19 - 19º 20 - 20º 21 - 21º 22 - 22º 23 - 23º 24 - 24º 25 - 25º 26 - 26º 27 - 27º 28 - 28º 29 - 29º 30 - 30º 31 - 31º 32 - 32º 33 - 33º 34 - 34º 35 - 35º 36 - 36º 37 - 37º 38 - 38º 39 - 39º 40 - 40º 41 - 41º 42 - 42º 43 - 43º 44 - 44º 45 - 45º 46 - 46º 47 - 47º 48 - 48º 49 - 49º 50 - 50º 51 - 51º 52 - 52º 53 - 53º 54 - 54º 55 - 55º 56 - 56º 57 - 57º 58 - 58º 59 - 59º 60 - 60º 61 - 61º 62 - 62º 63 - 63º 64 - 64º 65 - 65º 66 - 66º 67 - 67º 68 - 68º 69 - 69º 70 - 70º 71 - 71º 72 - 72º 73 - 73º 74 - 74º 75 - 75º 76 - 76º 77 - 77º 78 - 78º 79 - 79º 80 - 80º 81 - 81º 82 - 82º 83 - 83º 84 - 84º 85 - 85º 86 - 86º 87 - 87º 88 - 88º 89 - 89º 90 - 90º 91 - 91º 92 - 92º 93 - 93º 94 - 94º 95 - 95º 96 - 96º 97 - 97º 98 - 98º 99 - 99º 100 - 100º       </div>	01 Nº. do chamado 02 Sexo do local 03 Endereço 04 Bairro 05 Ponto de referência 06 Nome 07 Idade 08 Tipo de ocorrência 09 - Acidente de transporte 10 - Agressão físico-espancamento 11 - Agressão física-FAP 12 - Agressão física-FAB 13 - Urgência psiquiátrica 14 - Vítima 15 - Pedestre 16 - Condutor 17 - Passageiro 18 - Ignorado 19 - Vítima 20 - 1 - A pé 21 - 2 - Automóvel 22 - 3 - Motocicleta 23 - 4 - Bicicleta 24 - 5 - Onibus/Micro-ônibus 25 - 6 - Outro 26 - 7 - Ignorado 27 - 8 - Bicicleta 28 - 9 - Ignorado 29 - 10 - Bicicleta 30 - 11 - Bicicleta 31 - 12 - Bicicleta 32 - 13 - Bicicleta 33 - 14 - Bicicleta 34 - 15 - Bicicleta 35 - 16 - Bicicleta 36 - 17 - Bicicleta 37 - 18 - Bicicleta 38 - 19 - Bicicleta 39 - 20 - Bicicleta 40 - 21 - Bicicleta 41 - 22 - Bicicleta 42 - 23 - Bicicleta 43 - 24 - Bicicleta 44 - 25 - Bicicleta 45 - 26 - Bicicleta 46 - 27 - Bicicleta 47 - 28 - Bicicleta 48 - 29 - Bicicleta 49 - 30 - Bicicleta 50 - 31 - Bicicleta 51 - 32 - Bicicleta 52 - 33 - Bicicleta 53 - 34 - Bicicleta 54 - 35 - Bicicleta 55 - 36 - Bicicleta 56 - 37 - Bicicleta 57 - 38 - Bicicleta 58 - 39 - Bicicleta 59 - 40 - Bicicleta 60 - 41 - Bicicleta 61 - 42 - Bicicleta 62 - 43 - Bicicleta 63 - 44 - Bicicleta 64 - 45 - Bicicleta 65 - 46 - Bicicleta 66 - 47 - Bicicleta 67 - 48 - Bicicleta 68 - 49 - Bicicleta 69 - 50 - Bicicleta 70 - 51 - Bicicleta 71 - 52 - Bicicleta 72 - 53 - Bicicleta 73 - 54 - Bicicleta 74 - 55 - Bicicleta 75 - 56 - Bicicleta 76 - 57 - Bicicleta 77 - 58 - Bicicleta 78 - 59 - Bicicleta 79 - 60 - Bicicleta 80 - 61 - Bicicleta 81 - 62 - Bicicleta 82 - 63 - Bicicleta 83 - 64 - Bicicleta 84 - 65 - Bicicleta 85 - 66 - Bicicleta 86 - 67 - Bicicleta 87 - 68 - Bicicleta 88 - 69 - Bicicleta 89 - 70 - Bicicleta 90 - 71 - Bicicleta 91 - 72 - Bicicleta 92 - 73 - Bicicleta 93 - 74 - Bicicleta 94 - 75 - Bicicleta 95 - 76 - Bicicleta 96 - 77 - Bicicleta 97 - 78 - Bicicleta 98 - 79 - Bicicleta 99 - 80 - Bicicleta 100 - 81 - Bicicleta	01 Data do chamado 02 Chegada ao 1º hospital 03 Chegada ao 2º hospital 04 Chegada ao 3º hospital 05 Chegada ao 4º hospital 06 Chegada ao 5º hospital 07 Chegada ao 6º hospital 08 Chegada ao 7º hospital 09 Chegada ao 8º hospital 10 Chegada ao 9º hospital 11 Chegada ao 10º hospital 12 Chegada ao 11º hospital 13 Chegada ao 12º hospital 14 Chegada ao 13º hospital 15 Chegada ao 14º hospital 16 Chegada ao 15º hospital 17 Chegada ao 16º hospital 18 Chegada ao 17º hospital 19 Chegada ao 18º hospital 20 Chegada ao 19º hospital 21 Chegada ao 20º hospital 22 Chegada ao 21º hospital 23 Chegada ao 22º hospital 24 Chegada ao 23º hospital 25 Chegada ao 24º hospital 26 Chegada ao 25º hospital 27 Chegada ao 26º hospital 28 Chegada ao 27º hospital 29 Chegada ao 28º hospital 30 Chegada ao 29º hospital 31 Chegada ao 30º hospital 32 Chegada ao 31º hospital 33 Chegada ao 32º hospital 34 Chegada ao 33º hospital 35 Chegada ao 34º hospital 36 Chegada ao 35º hospital 37 Chegada ao 36º hospital 38 Chegada ao 37º hospital 39 Chegada ao 38º hospital 40 Chegada ao 39º hospital 41 Chegada ao 40º hospital 42 Chegada ao 41º hospital 43 Chegada ao 42º hospital 44 Chegada ao 43º hospital 45 Chegada ao 44º hospital 46 Chegada ao 45º hospital 47 Chegada ao 46º hospital 48 Chegada ao 47º hospital 49 Chegada ao 48º hospital 50 Chegada ao 49º hospital 51 Chegada ao 50º hospital 52 Chegada ao 51º hospital 53 Chegada ao 52º hospital 54 Chegada ao 53º hospital 55 Chegada ao 54º hospital 56 Chegada ao 55º hospital 57 Chegada ao 56º hospital 58 Chegada ao 57º hospital 59 Chegada ao 58º hospital 60 Chegada ao 59º hospital 61 Chegada ao 60º hospital 62 Chegada ao 61º hospital 63 Chegada ao 62º hospital 64 Chegada ao 63º hospital 65 Chegada ao 64º hospital 66 Chegada ao 65º hospital 67 Chegada ao 66º hospital 68 Chegada ao 67º hospital 69 Chegada ao 68º hospital 70 Chegada ao 69º hospital 71 Chegada ao 70º hospital 72 Chegada ao 71º hospital 73 Chegada ao 72º hospital 74 Chegada ao 73º hospital 75 Chegada ao 74º hospital 76 Chegada ao 75º hospital 77 Chegada ao 76º hospital 78 Chegada ao 77º hospital 79 Chegada ao 78º hospital 80 Chegada ao 79º hospital 81 Chegada ao 80º hospital 82 Chegada ao 81º hospital 83 Chegada ao 82º hospital 84 Chegada ao 83º hospital 85 Chegada ao 84º hospital 86 Chegada ao 85º hospital 87 Chegada ao 86º hospital 88 Chegada ao 87º hospital 89 Chegada ao 88º hospital 90 Chegada ao 89º hospital 91 Chegada ao 90º hospital 92 Chegada ao 91º hospital 93 Chegada ao 92º hospital 94 Chegada ao 93º hospital 95 Chegada ao 94º hospital 96 Chegada ao 95º hospital 97 Chegada ao 96º hospital 98 Chegada ao 97º hospital 99 Chegada ao 98º hospital 100 Chegada ao 99º hospital	01 Data do chamado 02 Chegada ao 1º hospital 03 Chegada ao 2º hospital 04 Chegada ao 3º hospital 05 Chegada ao 4º hospital 06 Chegada ao 5º hospital 07 Chegada ao 6º hospital 08 Chegada ao 7º hospital 09 Chegada ao 8º hospital 10 Chegada ao 9º hospital 11 Chegada ao 10º hospital 12 Chegada ao 11º hospital 13 Chegada ao 12º
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Nome: <u>Felipe de Souza Rizzo</u>		Idade: <u>20</u>	Data: <u>05/08/12</u>
Sexo: <u>M</u>		Hóspede: <u>12/216</u>	
Procedência: <u>Gr. Ter. / Fil. / MA / Outros</u>			
Situação / Queixa: <u>Acidente de trânsito</u>			
Breve história: <u>Acidente com motocicleta em via pública, vítima de lesão por queda, com lesões no membro superior direito e no 1º dedo da mão esquerda.</u>			
A - VAS: Sinal de Obstrução: Sim ( ) Não ( <input checked="" type="checkbox"/> )			
B - Respiração: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea ( ) Dispendio ( ) Insuf. Respiratória ( ) Apnéia			
SaPO2: _____ Clauss: ( ) Extremidade ( ) Central			
C - Circulação: Pulsos Carotídeos: <input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não FC: _____ Perfusão Sanguínea: <input checked="" type="checkbox"/> Boa ( ) Ruim			
D - Neurologia: ECG: A.O. ( <input checked="" type="checkbox"/> ) RV ( <input checked="" type="checkbox"/> ) RM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) TOTAL: <u>11</u> ( ) Hemorria ( ) Anisocoria			
Plegias / Parêntesis: ( ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não. Membros:			
E - Sinais Vitais: PA: <u>110/80</u> TAX: _____ FR: _____ PR: <u>88</u> Glicemia Capilar: _____			
Escala de Dor (1-10): <u>10</u>			
Vermelho <input type="checkbox"/> Amarelo <input checked="" type="checkbox"/> Verde <input type="checkbox"/> Azul <input type="checkbox"/>			
Alergias: ( ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não. Tipo: ( ) Medicamentosa ( ) Alimentar ( ) Outros			
Medicamentos de uso Contínuo: ( ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não. Qual(is)? _____			
Destino: <u>ortopedia</u>			
Enfermeiro(a): _____		Téc. Aux. Enfermagem: _____	



Estado do Piauí  
Prefeitura Municipal de Teresina  
Fundação Municipal de Saúde - FMS  
SAMU



SOLICITAÇÃO DE SOCORRO

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

- 01- ☒ Acidente de Trânsito-HUT 9283-6072
- 02- ☐ Agressão Física
- 03- ☐ Urgência Psiquiátrica
- 04- ☐ Envenenamento
- 05- ☐ Alagamento
- 06- ☐ Já Removido
- 07- ☐ Queimadura
- 08- ☐ Choque Elétrico
- 09- ☐ Queda
- 10- ☐ Mal Súbito
- 11- ☐ Urgência Obstétrica
- 12- ☐ Outros
- 13- ☐ Falso Chamado

LOCAL DE OCORRÊNCIA:

Bel Terra 5x  
clube do Veldura Aluisio.

PONTOS DE REFERÊNCIA:

AMBULÂNCIA ACIONADA: PRU-2995 + 2210

Saída do P.A. 18:34 hs.

Saída do Local 18:59 hs.

Saída do Hospital 19:30 hs.

Chegada ao Local 18:47 hs.

Chegada ao Hospital 19:17 hs.

Chegada ao P.A. ? hs.

HOSPITAL DE DESTINO

- 01- ☐ H.G.V. 11:12
- 02- ☐ H.I.L.P.
- 03- ☐ H.D.I.C.
- 04- ☐ M.D.E.R.
- 05- ☐ H.P.M.
- 06- ☐ H.A.A.
- 07- ☐ São Carlos
- 08- ☐ Hospital Unimed
- 09- ☐ São Marcos
- 10- ☐ Santa Maria
- 11- ☐ Casa Mater
- 12- ☐ São Lucas
- 13- ☐ Santo Antonio
- 14- ☐ Mariano C. Branco
- 15- ☐ Parque Piauí
- 16- ☐ Monte Castelo
- 17- ☐ Matadouro
- 18- ☐ Primavera
- 19- ☐ Buenos Aires
- 20- ☐ Cidade Satélite
- 21- ☐ Orla do Arcoverde
- 22- ☐ Promorar
- 23- ☐ Mocambinho
- 24- ☐ Wall Ferraz
- 25- ☐ CLIFOR
- 26- ☐ HTI
- 27- ☐ Hospital São Paulo
- 28- ☒ H. U. T.

CONFERE COM O ORIGINAL  
Mário Góes Barros  
Assistente SAMU

DATA 08/08/2012

TELEFONISTA





Verónica B. Caporale







DIGITALIZAÇÃO

16 OUT 2013

IMPRESSORA 2

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

PODER JUDICIÁRIO

TERESINA

J.E. CÍVEL ZONA SUDESTE - SEDE REDONDA

Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda, Teresina - PI Fone: (86) 3215-7306

# **CARTA-MANDADO DE CITAÇÃO para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Processo nº 0024779-87.2013.818.0001

Promovente(s)	Nome	Identidade	CPF/CNPJ
	JOSE DE SENA BISPO		302.713.125-00
Promovido	Endereço:		
	Logradouro: 289 n° CASA 03 Bairro: DIRCEU II, Cidade: TERESINA-PI		
Promovido	Nome	Identidade	CPF/CNPJ
	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.		09.248.608/0001-04
Promovido	Endereço:		
	Logradouro: SENADOR DANTAS n°74 Complemento: 5° ANDAR Bairro: CENTRO, Cidade: RIO DE JANEIRO (CIDADE)-RJ CEP: 20.051-205		
Tipo de Ação	Procedimento do Juizado Especial Cível		
Tipo de Citação	On-Line	Valor da Causa:	RS 13.500,00
Juízo	J.E. Cível Zona Sudeste - Sede Redonda		
Audiência de Conciliação	12 de Dezembro de 2013 às 10:00		

O(A) MM(a) JUDGE DA COSTA VELOSO cita a parte supra, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., nos termos do art. 172, § 2º do CPC, combinado com o art. 12 da Lei 9.099/95, para todos os termos da ação indicada, ciente que deverá comparecer à audiência de conciliação, na data e hora designada.

**ADVERTÊNCIA:** O não comparecimento às audiências importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. Comparecendo a parte promovida (ré), e não obtida a conciliação, poderá a ação ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento.

O promovido deverá oferecer contestação, escrita ou oral, na audiência de instrução e julgamento, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar, na audiência respectiva a carta de preposição, sob pena de revelia. **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional E-CNJ (Projudi), cujo endereço na web é <https://www.tjpi.jus.br/projudi/>. Para se cadastrar neste sistema compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, DISQUETE etc.) em arquivos com no máximo 2MB cada.

**ATENÇÃO:** AUDIÊNCIA DE Conciliação DESIGNADA PARA 12 de Dezembro de 2013 às 10:00 NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO(A) J.E. Cível Zona Sudeste - Sede Redonda.

**LOCAL:** J.E. Cível Zona Sudeste - Sede Redonda

Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda

Bairro: Redonda, 0, Redonda, Teresina-PI

CEP: 64.027-690

Teresina, 30 de Setembro de 2013 às 09:45

11442 11/10/2013 09:45:03 - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.



**Dados do Sinistro(04)**

Lançamentos Manuais(05)

Pagamentos Judiciais(06)

Sair

Data da última consulta: 23-10-2013 / Próxima atualização a partir de: 07-11-2013 -

Força Importação

Número do Sinistro

201248785701

Natureza

3 - DAMS

Código da Seguradora

5002 - FEDERAL DE SEGUROS S/A

Delegacia

POLICIA CIVIL

Nome da Vítima

JOSE DE SENA BISPO

Regulação

1

Data de Nascimento

01-06-1960

Data Reclamação

27-09-2012

Nome do Recebedor

JOSE DE SENA BISPO

Data do Sinistro

09-06-2012

CPF/CGC Recebedor

00030271312300

Valor Indenização

539,12

Código do Receb./Benef.

1 - VITIMA

Valor Cor.Mon./Juros

0,00

Nome do Procurador

Data do Pagamento

10-10-2012

CPF/CGC Procurador

Boletim

4320-2012

Categoria

09 - CICLOMOTOR, MOTONETA, MOTOCICLETA E

UF Sinistro

PI

Data Cadastramento

27-09-2012

Sub-Judice

Município da Ocorrência

TERESINA





**Ministério da Fazenda**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 302.713.123-00

Nome da Pessoa Física: JOSE DE SENA BISPO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **16:19:18** do dia **24/10/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **9DED.BB93.033D.CF32**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

IRPF 2013		
<a href="#">Página Inicial</a>	^	<a href="#">Agenda</a>
<b>Declaração</b>		<a href="#">Tributári</a>
<a href="#">Download de</a>		<a href="#">Agenda</a>
<a href="#">Programas</a>		<a href="#">Alíquota</a>
<a href="#">Novidades</a>		<a href="#">Tabelas</a>
<a href="#">Obrigatoriedade</a>		<a href="#">Arrecad:</a>
<a href="#">Formas de</a>	v	<a href="#">Atendim</a>
		<a href="#">Malha F</a>





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA SUDESTE  
Avenida Jornalista Lívio Lopes, S/N, Redonda, Fone: 3215-7306

Processo nº 0024779-87.2013.818.0001

Promovente: JOSE DE SENA BISPO

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Preposto: ANDRE FELIPE BATISTA DA PAZ

Advogada: Dra. MARIA SONIA NASCIMENTO

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro do ano de 2013, às 09h45min, nesta cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí na sala de audiências deste Juizado Especial, presente o Juiz Leigo, DR. RONALDO PINHEIRO DE MOURA. Com o registro da presença das partes, foi declarada aberta a audiência de conciliação do presente feito, observadas as formalidades legais. Inicialmente, foi proposta a conciliação, SEM ÊXITO. Diante da impossibilidade de acordo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de abril de 2014, às 10h. Ficando intimados os presentes. FECHAMENTO DA AUDIÊNCIA. Nada mais havendo a registrar, este Juiz Leigo encerrou a presente audiência. Eu, \_\_\_\_\_, digitei e subscrevo.

Teresina, 24 de outubro de 2013.

Dr. Ronaldo Pinheiro de Moura  
Juiz Leigo

Promovente: Jose de Sena Bispo

Promovido: Andre Felipe Batista da Paz

Advogada: Brie N...





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA SUDESTE  
Avenida Jornalista Lívio Lopes, S/N, Redonda, Fone: 3215-7306

Processo Nº 0024779-87.2013.818.0001

Autor: JOSE DE SENA BISPO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Preposto: FRANKLIN ALENCAR MORAES

Advogada: Dra. JULIANA LEAL MACEDO

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Aos oito dias do mês de abril do ano de 2014, às 10h, nesta cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí na sala de audiências deste Juizado Especial, presente o Juiz Leigo, Dr. RONALDO PINHEIRO DE MOURA. Feito o pregão, verificou-se a presença das partes, apenas o requerido acompanhado de advogada. Com o registro da presença das partes, foi declarada aberta a audiência de instrução e julgamento do presente feito, observadas as formalidades legais. Inicialmente, foi proposta a conciliação, sem êxito. O Réu apresentou contestação e documentos já inseridos. Ato contínuo foi concedida palavra ao autor para se manifestar sobre a contestação e documentos apresentados, DISSE: "MM Juiz, ratifico os termos da inicial". Depoimentos pessoais dispensados. Sem testemunhas. Indagado se as partes desejam produzir mais provas, a resposta foi negativa. Alegações finais remissivas à inicial e contestação. Após conclusos os autos para prolatar decisão. FECHAMENTO DA AUDIÊNCIA. Nada mais havendo a registrar, este Juiz Leigo encerrou a presente audiência. Eu, \_\_\_\_\_, digitei e subscrevo.

Teresina, 08 de abril de 2014.

Dr. Ronaldo Pinheiro de Moura  
Juiz Leigo

Autor Jose de Sena Bispo

Réu (preposto) Franklin Alencar Moraes

Advogada Juliana Leal Macedo





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TERESINA  
J.E. CÍVEL ZONA SUDESTE - SEDE REDONDA

RUA Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda - Teresina

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Diferença de Seguro DPVAT, na qual a autor alega que no dia 09/06/2012 sofreu um acidente causado por veículo automotor, que ocasionou invalidez. Pleiteia ao final, seja a Ré condenada a pagar a importância de no importe total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

A ré, em sede de contestação alega: 1- Preliminarmente: a) incompetência do juizado especial cível para apreciar a matéria que careça de prova pericial; b) B) carência da ação ? falta de interesse processual, sob o argumento de que a parte Autora em nenhum momento reclamou, através da via administrativa, a indenização que ora pleiteia; c) inépcia da inicial, ausência de documentos obrigatórios para a instrução do processo; d) da ausência de prova válida da alegada invalidez total e permanente; 2 ? No Mérito: a) da falta de nexo de causalidade; competência do CNSP para determinar o valor máximo da indenização; b) Da plena vigência das Leis nº 11.482/07 e nº **11.945/2009**; c) Da plena validade da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez permanente; No final pleiteia que sejam acolhidas as preliminares, e no mérito a improcedência da ação.

Realizadas as audiências de conciliação e de instrução e julgamento, não foi possível a celebração de acordo. Devidamente instruído o processo, concluso para Decisão.

É o breve relatório. DECIDO.

Antes de adentrarmos no mérito da presente demanda é imperioso que sejam apreciadas as preliminares argüidas.

**Da Carência da Ação - falta de interesse processual: inocorrência**

A carência de ação decorre da falta de uma das condições da ação, quais sejam: possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade da parte.

De acordo com Ada Pellegrini Grinover, "o fenômeno da carência da ação nada tem a ver com a existência do direito subjetivo afirmado pelo autor, nem com a possível inexistência dos requisitos, ou pressupostos, da constituição da relação processual válida. É situação que diz respeito apenas ao exercício do direito de ação e que pressupõe a autonomia desse direito?" (*apud* Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Civil, 18ª ed. Forense, pág. 52).

Assevera o requerente que o requerido seria carecedor do direito de ação, por ausência de interesse processual, ao argumento de que não houve reclamação do pagamento pela via administrativa.

Sem delongas, nada mais equivocado que o argumento da requerida. Como é sabido, inexistente exigência de esgotamento das instâncias administrativas para o exercício do direito de ação.

Com efeito, a Constituição Federal erigiu a princípio fundamental a inafastabilidade do controle judicial, textualizado no art. 5º, XXXV, de modo que nem de longe procedem as alegações quanto à ausência de interesse de agir, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
(...)  
XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;  
[...].?

A inexistência de prévia postulação administrativa não constitui óbice ao ingresso em juízo. Basta que esteja configurada, na própria ação, a resistência à pretensão deduzida.

A propósito, veja-se o posicionamento jurisprudencial predominante:

“AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). CARÊNCIA DA AÇÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AFASTADA. inconstitucionalidade do art. 7º da Lei nº 6.194/74. CONDENAÇÃO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. I - Para os casos em que a empresa seguradora se torna obrigada ao pagamento das indenizações, o Consórcio Nacional de Seguros Privados - CNSP lhe repassa quantia, conforme percentual previamente estabelecido, o que afasta a violação ao princípio do livre exercício da atividade profissional, do direito de propriedade, da impossibilidade de confisco e do devido processo legal. II - Acaso esse percentual venha a ser insuficiente ou excessivo, a sustentar uma desproporção entre lucros e dividendos, em verdade, este é um assunto enceto à livre negociação da atividade. **III - Não há que se falar em carência do**



**direito de ação pelo fato da parte ter diretamente levada a sua pretensão a juízo, sem a formação de um conflito de interesses com pretensão resistida, em eventual sede administrativa, pré-processual.** IV - O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária (REsp 153.209/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p. 265). V - Recurso não provido.(AC 28.821/2008, Segunda Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Guerreiro Junior, Jul. 14/04/2008, Pub. 07/05/2009) (grifei).

Rejeito a preliminar suscitada.

#### **Da Preliminar de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciação de matérias que careça de produção de prova pericial**

A Requerida afirma que a presente matéria não poderia ser apreciada por Juizado Especial Cível, uma vez que carecedora de produção de prova pericial para ser dirimida.

Não comungo desse entendimento e o faço escorado em precedentes jurisprudenciais que entendem pela sua desnecessidade, *litteris*:

(TJDF-071869) DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO. (TJDF-071869)

(TJGO-029493) APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. DPVAT. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. COMPROVAÇÃO DEFICIÊNCIA PERMANENTE. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO. RECURSO DESPROVIDO. (TJGO-029493)

#### **Ausência de documentos obrigatórios para a instrução do processo; da ausência de prova válida da alegada invalidez total e permanente;**

Quanto às presentes preliminares vejo que as mesmas se confundem com o mérito, razão pela qual, em sede, de preliminar às rejeito tendo em vista as provas acostadas aos autos pelo autor, as quais serão apreciadas quando da decisão meritória.

#### **INEPTA DA INICIAL**

Quanto à preliminar de inépcia da inicial, também deve ser afastada, pois constam dos autos os documentos necessários para o ajuizamento da ação, como laudo do exame pericial realizado no IML do Estado do Piauí. Assim, afasto a preliminar.

Analisadas as questões preliminares passo a enfrentar o mérito.

### **DO MÉRITO**

O seguro obrigatório DPVAT tem finalidade de cunho social, que é a proteção das pessoas transportadas ou não, passíveis de lesão por veículos automotores de via terrestre ou por suas cargas. Pela evidente conotação social do referido seguro, o seu pagamento decorre da simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, por força do art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Nesse lastro, havendo apresentação dos documentos supramencionados, não há que se negar a obrigação de indenizar.

Consta nos autos o Laudo de Exame Pericial, emitido pelo IML do Estadodo Piauí, o qual atesta ?incapacidade permanente para o trabalho?, cujo teor esclarece o nexa causal entre o acidente e as lesões da vítima/autor, caracterizado o dever de indenizar.

Dessa forma, comprovado o dever de indenizar, passo a análise do valor do *quantum* indenizatório, já que as partes pretendem discutir o valor devido e decorrencia da invalidez do autor.

Importante sinalar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu em 09/06/2012, ou seja, sob a égide da Lei nº 11.945/09. Referida lei, em seu art. 32, estabeleceu que a Lei nº 6.194/74 passou a vigorar, desde 16.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT.

Desse modo, quanto à alegada invalidez, entendo que as circunstâncias do evento e as provas juntadas aos autos evidenciam a pertinência do pagamento, o qual arbitro, no percentual de 100% (cem por cento) do valor integral da indenização do prêmio do seguro obrigatório relativo a acidente de veículo dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 6.947/74, com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007, e no percentual estabelecido pela Lei nº 11.945/09.

**PELO EXPOSTO, julgo procedente o pedido do autor para condenar a requerida no pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, que diz respeito ao percentual de 100% (cem cento) do valor integral da indenização do seguro DPVAT, com incidência de juros de 1% ao mês desde a data da citação e correção monetária, desde a data do ajuizamento desta demanda.

Transitada em julgado, cumprida a sentença, dê-se baixa e arquivem-se.

Sem custas processuais e honorários de sucumbência, na forma do disposto no art. 55, da Lei nº 9099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Teresina, 06 de junho de 2014.









**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**

**RECURSO INOMINADO nº 0024779-87.2013.818.0001** – TERESINA (Ref.: ação nº 0024779-87.2013.818.0001 – Cobrança de Seguro DPVAT - J.E. Cível Zona Sudeste - Sede Redonda – Teresina - PI)

Recorrente (s): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado (a) (s): Lucas Nunes Chama

Recorrido (a) (s): JOSÉ DE SENA BISPO

Advogado (a) (s): GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES

Relator (a): Juiz João Henrique Sousa Gomes

RECURSO INOMINADO. COBRANÇA. PRELIMINARES. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO. PROVA PRODUZIDA. INEXISTÊNCIA DE COMPLEXIDADE. APRECIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. AFASTADA. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ. NÃO ACOLHIMENTO. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. GRAU DE INVALIDEZ. ACIDENTE OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 11.945/09. EXISTÊNCIA DE CRITÉRIOS LEGAIS PARA A GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. APLICAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA PARA REDUZIR O VALOR INDENIZÁVEL. ADEQUAÇÃO À TABELA ANEXA À LEI. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

- Desnecessária a realização de outra prova técnica, visto que o conjunto probatório existente nos autos é conclusivo em reconhecer a invalidez permanente do recorrido.
- Não há que se falar em invalidez permanente, visto que o relatório médico acostado aos autos demonstra a debilidade permanente parcial do recorrido.
- Tendo o acidente que vitimou a recorrida na vigência da LEI 11.945/09, devem ser aplicadas as regras nela previstas para o pagamento da indenização relativa ao Seguro Obrigatório, sobretudo a graduação, em percentuais e conforme o tipo da lesão e o membro/órgão lesado, estabelecida na tabela anexa à Lei.
- Da análise da documentação que acompanhou a inicial, mormente o Laudo Médico, necessária se faz a adequação do valor indenizável à tabela anexa à Lei nº 11.945/09.
- Sentença parcialmente reformada.

**ACÓRDÃO**

**Súmula do Julgamento:** “Acordam os componentes desta Turma Recursal Cível e Criminal, à unanimidade, em conhecer do recurso, mas para dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do relator”.

Participaram do Julgamento os Excelentíssimos Juízes-membro: Dr. João Henrique Sousa Gomes (Relator), Dra. Haydée de Lima Castelo Branco (membro), Dr. Manoel de Sousa Dourado (membro). Presente a Representante do Ministério Público, Dra. Ana Cristina Matos Serejo.

Primeira Turma Recursal Cível e Criminal de Teresina (PI), 20 de novembro de 2015.

João Henrique Sousa Gomes

Juiz Relator





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso contra sentença (evento nº 23.1) que, em AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a indenizar, a título de seguro DPVAT, o requerente, no valor de **R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Razões do recorrente (evento nº 28.1) alegando, que o recurso merece ser provido para reformar a sentença impugnada, julgando totalmente improcedente o pedido de indenização do seguro DPVAT, haja vista que o Recorrente não faz jus ao recebimento do valor arbitrado pelo Juízo a quo, na medida em que o exame de corpo de delito apresentado aponta invalidez parcial de 60% para o segmento “Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo”, quantificando as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de pagamento do seguro, de acordo com os percentuais fixados na tabela estabelecida na Medida Provisória nº451 de 15/12/2008, convertida na Lei nº 11.945 de 04/06/2009, conforme determina o art.5º, §5º da Lei 6.194/741. Assim, havendo prova da invalidez permanente parcial incompleta, o MM. Juízo a quo deveria ter observado o grau da invalidez aferido pelo IML, bem como o pagamento administrativo realizado pela ora Recorrida em total conformidade com o laudo pericial, inclusive em valor superior, para então julgar procedente a pretensão do autor. Portanto, tendo havido o pagamento em conformidade com o percentual aferido pelo laudo do IML, na forma como prescreve a tabela anexa à lei 11.945/2009, requer seja a r. sentença reformada para julgar extinto o feito, com fundamento no art. 269, inciso IV, do CPC.

Devidamente intimada, a parte recorrida deixou de apresentar as Contrarrazões.

Eis o breve relatório.

**VOTO**

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso e passo à sua análise.

Trata-se de cobrança de diferença de seguro DPVAT, por conta de invalidez parcial permanente alegada pela parte recorrida/autor, sob fundamento de que foi vítima de acidente de trânsito.

Para melhor delinear o regramento legal exato aplicável à espécie, importante fazer algumas considerações acerca do Seguro Obrigatório.

O DPVAT foi criado pela Lei 6.194/74 que, dentre inúmeras outras questões, estipulou os valores indenizatórios, em salários-mínimos, para as hipóteses de morte, invalidez e reembolso de despesas médicas do segurado.

Tal regramento sofreu algumas alterações de caráter procedimental. Em 31/05/2007 foi editada a Lei 11.482, que resultou da conversão da Medida Provisória nº 340 de 29/12/2006, e a qual impôs modificações à Lei 6.194/74, mais especificamente aos seus artigos 3º a 5º e 11, dentre as





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**

quais se destacou a alteração dos valores de indenização, que passaram a ser devidos em reais e não mais em salários-mínimos.

No entanto, com a edição da Medida Provisória 451, de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei 11.945, de junho de 2009, foram promovidas novas alterações na Lei 6.194/74, especialmente para fixar graus de invalidez permanente, total e parcial, bem como os respectivos percentuais aplicáveis a cada caso, conforme o membro/órgão lesado, critérios estes que foram incluídos, através de um anexo, tendo referida legislação entrado em vigor, para as regras relativas ao Seguro DPVAT, em 16/12/2008.

Feitas tais considerações, cumpre notar que o acidente que vitimou o recorrido ocorreu em 2012, quando vigentes as alterações da Lei 11.945/09, que para os casos de invalidez permanente, total ou parcial, prevê uma indenização no valor de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

No entanto, referida legislação, ao dispor que a indenização em caso de invalidez permanente poderia ser de "até" a quantia acima já mencionada, e não em seu valor integral, como dispôs para o caso de morte do segurado, pretendeu que fossem consideradas as peculiaridades de cada lesão para que a indenização fosse fixada de forma razoável e compatível, tanto é que a LEI 11.945/09, em tabela a ela anexa, estabeleceu, como não fazia a Lei 11.482/07, percentuais aplicáveis ao limite máximo indenizável supracitado, de acordo com o tipo de invalidez e membro/órgão lesado, estabelecendo ainda critérios para os respectivos cálculos, parâmetros estes que deverão ser observados.

Da análise da documentação que acompanhou a inicial, mormente a avaliação médica acostada aos autos no evento nº 01, atesta que a parte autora sofreu debilidade permanente em membro inferior direito, no percentual de 60%.

Importante sinalar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu em 09/06/2012, ou seja, sob a égide da Lei nº 11.945/09. Referida lei, em seu art. 32, estabeleceu que a Lei nº 6.194/74 passou a vigorar, desde 22.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT, ora transcrita:

<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10

Assim passou a estabelecer a Lei 6.194/74:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008):**

I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

**II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).**

(...)

No caso concreto, a invalidez do segurado restou enquadrada no quesito “**Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos**”, que estabelece indenização no percentual de 70% do valor máximo indenizatório, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Por outro lado, **a nova redação do inciso II**, acima transcrito, define que quando se tratar de **invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista, com redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**

Desta forma, tenho que a perda do autor foi de grau inteso, pois consolidou **debilidade permanente parcial de 60% no membro inferior direito. Assim, o valor da indenização a que faz jus o autor é de R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Nao ha comprovação, nos autos, do recebimento de quaisquer valores pela via administrativa.

Em virtude do exposto, conheço do recurso, dando-lhe parcial provimento, **a fim de reformar a sentença a quo, considerando que o valor a que faz jus o autor é de R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Ônus de sucumbência pela parte recorrente nas custas processuais e em honorários advocatícios, estes em 15% sobre o valor da condenação atualizado.

Teresina (PI), 20 de novembro de 2015.

João Henrique Sousa Gomes  
Juiz Relator





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TERESINA  
J.E. CÍVEL ZONA SUDESTE - SEDE REDONDA

RUA Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda - Teresina

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Diferença de Seguro DPVAT, na qual a autor alega que no dia 09/06/2012 sofreu um acidente causado por veículo automotor, que ocasionou invalidez. Pleiteia ao final, seja a Ré condenada a pagar a importância de no importe total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

A ré, em sede de contestação alega: 1- Preliminarmente: a) incompetência do juizado especial cível para apreciar a matéria que careça de prova pericial; b) B) carência da ação ? falta de interesse processual, sob o argumento de que a parte Autora em nenhum momento reclamou, através da via administrativa, a indenização que ora pleiteia; c) inépcia da inicial, ausência de documentos obrigatórios para a instrução do processo; d) da ausência de prova válida da alegada invalidez total e permanente; 2 ? No Mérito: a) da falta de nexo de causalidade; competência do CNSP para determinar o valor máximo da indenização; b) Da plena vigência das Leis nº 11.482/07 e nº **11.945/2009**; c) Da plena validade da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez permanente; No final pleiteia que sejam acolhidas as preliminares, e no mérito a improcedência da ação.

Realizadas as audiências de conciliação e de instrução e julgamento, não foi possível a celebração de acordo. Devidamente instruído o processo, concluso para Decisão.

É o breve relatório. DECIDO.

Antes de adentrarmos no mérito da presente demanda é imperioso que sejam apreciadas as preliminares argüidas.

**Da Carência da Ação - falta de interesse processual: inocorrência**

A carência de ação decorre da falta de uma das condições da ação, quais sejam: possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade da parte.

De acordo com Ada Pellegrini Grinover, "o fenômeno da carência da ação nada tem a ver com a existência do direito subjetivo afirmado pelo autor, nem com a possível inexistência dos requisitos, ou pressupostos, da constituição da relação processual válida. É situação que diz respeito apenas ao exercício do direito de ação e que pressupõe a autonomia desse direito?" (*apud* Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Civil, 18ª ed. Forense, pág. 52).

Assevera o requerente que o requerido seria carecedor do direito de ação, por ausência de interesse processual, ao argumento de que não houve reclamação do pagamento pela via administrativa.

Sem delongas, nada mais equivocado que o argumento da requerida. Como é sabido, inexistente exigência de esgotamento das instâncias administrativas para o exercício do direito de ação.

Com efeito, a Constituição Federal erigiu a princípio fundamental a inafastabilidade do controle judicial, textualizado no art. 5º, XXXV, de modo que nem de longe procedem as alegações quanto à ausência de interesse de agir, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
(...)  
XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;  
[...].?

A inexistência de prévia postulação administrativa não constitui óbice ao ingresso em juízo. Basta que esteja configurada, na própria ação, a resistência à pretensão deduzida.

A propósito, veja-se o posicionamento jurisprudencial predominante:

“AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). CARÊNCIA DA AÇÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AFASTADA. inconstitucionalidade do art. 7º da Lei nº 6.194/74. CONDENAÇÃO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. I - Para os casos em que a empresa seguradora se torna obrigada ao pagamento das indenizações, o Consórcio Nacional de Seguros Privados - CNSP lhe repassa quantia, conforme percentual previamente estabelecido, o que afasta a violação ao princípio do livre exercício da atividade profissional, do direito de propriedade, da impossibilidade de confisco e do devido processo legal. II - Acaso esse percentual venha a ser insuficiente ou excessivo, a sustentar uma desproporção entre lucros e dividendos, em verdade, este é um assunto enceto à livre negociação da atividade. **III - Não há que se falar em carência do**



**direito de ação pelo fato da parte ter diretamente levada a sua pretensão a juízo, sem a formação de um conflito de interesses com pretensão resistida, em eventual sede administrativa, pré-processual.** IV - O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária (REsp 153.209/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p. 265). V - Recurso não provido.(AC 28.821/2008, Segunda Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Guerreiro Junior, Jul. 14/04/2008, Pub. 07/05/2009) (grifei).

Rejeito a preliminar suscitada.

#### **Da Preliminar de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciação de matérias que careça de produção de prova pericial**

A Requerida afirma que a presente matéria não poderia ser apreciada por Juizado Especial Cível, uma vez que carecedora de produção de prova pericial para ser dirimida.

Não comungo desse entendimento e o faço escorado em precedentes jurisprudenciais que entendem pela sua desnecessidade, *litteris*:

(TJDF-071869) DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO. (REsp 153.209/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p. 265).

(TJGO-029493) APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. DPVAT. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. COMPROVAÇÃO DEFICIÊNCIA PERMANENTE. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO. RECURSO DESPROVIDO. (REsp 153.209/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p. 265).

#### **Ausência de documentos obrigatórios para a instrução do processo; da ausência de prova válida da alegada invalidez total e permanente;**

Quanto às presentes preliminares vejo que as mesmas se confundem com o mérito, razão pela qual, em sede, de preliminar às rejeito tendo em vista as provas acostadas aos autos pelo autor, as quais serão apreciadas quando da decisão meritória.

#### **INEPTA DA INICIAL**

Quanto à preliminar de inépcia da inicial, também deve ser afastada, pois constam dos autos os documentos necessários para o ajuizamento da ação, como laudo do exame pericial realizado no IML do Estado do Piauí. Assim, afasto a preliminar.

Analisadas as questões preliminares passo a enfrentar o mérito.

### **DO MÉRITO**

O seguro obrigatório DPVAT tem finalidade de cunho social, que é a proteção das pessoas transportadas ou não, passíveis de lesão por veículos automotores de via terrestre ou por suas cargas. Pela evidente conotação social do referido seguro, o seu pagamento decorre da simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, por força do art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Nesse lastro, havendo apresentação dos documentos supramencionados, não há que se negar a obrigação de indenizar.

Consta nos autos o Laudo de Exame Pericial, emitido pelo IML do Estado do Piauí, o qual atesta ?incapacidade permanente para o trabalho?, cujo teor esclarece o nexo causal entre o acidente e as lesões da vítima/autor, caracterizado o dever de indenizar.

Dessa forma, comprovado o dever de indenizar, passo a análise do valor do *quantum* indenizatório, já que as partes pretendem discutir o valor devido e decorrencia da invalidez do autor.

Importante sinalar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu em 09/06/2012, ou seja, sob a égide da Lei nº 11.945/09. Referida lei, em seu art. 32, estabeleceu que a Lei nº 6.194/74 passou a vigorar, desde 16.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT.

Desse modo, quanto à alegada invalidez, entendo que as circunstâncias do evento e as provas juntadas aos autos evidenciam a pertinência do pagamento, o qual arbitro, no percentual de 100% (cem por cento) do valor integral da indenização do prêmio do seguro obrigatório relativo a acidente de veículo dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 6.947/74, com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007, e no percentual estabelecido pela Lei nº 11.945/09.

**PELO EXPOSTO, julgo procedente o pedido do autor para condenar a requerida no pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, que diz respeito ao percentual de 100% (cem cento) do valor integral da indenização do seguro DPVAT, com incidência de juros de 1% ao mês desde a data da citação e correção monetária, desde a data do ajuizamento desta demanda.

Transitada em julgado, cumprida a sentença, dê-se baixa e arquivem-se.

Sem custas processuais e honorários de sucumbência, na forma do disposto no art. 55, da Lei nº 9099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Teresina, 06 de junho de 2014.









## DJO - Depósito Judicial Ouro

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			4300114749996	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF/DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		13-01-2016	3791-5	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	NUMERO DO PROCESSO	TRIBUNAL	
13-01-2016	10886783	00247798720138180001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
TERESINA	1 V. JUIZ. ESP.C C Z.SUD.		REU	12.392,01
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO PESSOA	CPF/CNPJ
SEGURADORA LÍDER			JURÍDICA	09.248.608/0001-04
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE			TIPO PESSOA	CPF/CNPJ
JOSE DE SENA BISPO			FÍSICA	302.713.123-00
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
2E5544DBC25B1412				







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ**  
**PODER JUDICIARIO DA UNIÃO**  
**TERESINA**  
**J.E. CÍVEL ZONA SUDESTE - SEDE REDONDA**

---

RUA Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda - TERESINA

**DESPACHO**

Processo nº 0024779-87.2013.818.0001

Vistos.

Ante o comprovante de depósito judicial de evento 54, acolho o pedido formulado no evento 55 para determinar a expedição de alvará judicial em favor do exequente, considerando, separadamente, o devido a título de honorários de sucumbência fixados no evento 47, este com incidência de imposto, conforme entendimento dos nossos Tribunais Superiores.

Ato contínuo, julgo extinta a execução na forma do artigo 794 inciso I do CPC. Após, archive-se. Cumpra-se.

Teresina 12 de Fevereiro de 2016.

Dr. Jorge da Costa Veloso

Juiz de Direito